

RESENHA: “LINGUÍSTICA HISTÓRICA: UMA INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA HISTÓRIA DAS LÍNGUAS”

Kleber Eckert¹

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

Publicada em 2005 pela Parábola Editorial de São Paulo, num total de 214 páginas, a obra *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*, de Carlos Alberto Faraco, é composta por seis capítulos de discussão teórica e apresentação de resultados de pesquisa, e um anexo, que traz as línguas que compõem a família indo-europeia. No primeiro capítulo - *Primeiras Palavras* - motiva-se o leitor para que se desperte nele o interesse pela história das línguas e apresenta-se o objetivo do livro, que é o de fornecer aos estudiosos da área uma panorâmica da disciplina. Também nessa parte, o autor apresenta a estrutura da obra e a síntese de cada um dos capítulos, e deixa claro que a linguística histórica não é a história da linguística.

O Capítulo Dois, intitulado “*A percepção da mudança*”, inicia com a ideia de que, apesar de uma língua parecer estática para muitos falantes, é preciso se dar conta de que qualquer língua se altera continuamente no tempo. Para tanto, são apresentados textos escritos em português dos séculos XIII e XIV, para que se perceba o quanto a língua portuguesa atual mudou em comparação com o português de séculos anteriores.

Um segundo aspecto abordado, do ponto de vista da mudança, é a diferença entre língua escrita e falada: enquanto aquela possui um maior conservadorismo, esta normalmente aceita estruturas que ainda não entraram na escrita. O autor discute os fatores que contribuem para o conservadorismo da língua escrita e para as inovações da língua falada, no entanto, ele deixa claro que nem todas as mudanças ocorridas na fala entram, necessariamente, para a escrita.

1 Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade pela Universidade de Caxias do Sul - UCS.

Em relação aos grupos de falantes, o pesquisador discute o fato de que geralmente os grupos que implementam mudanças têm um baixo prestígio social e que a fala deles é vista de forma negativa pelos que são mais privilegiados econômica, social e culturalmente. Faraco deixa claro que qualquer língua humana é sempre um conjunto de variedades. Para isso apresenta exemplos de falantes do português de Salvador e de Porto Alegre, falantes de classe socioeconômica alta e baixa, falantes em situações formais e informais, falantes urbanos e rurais.

O linguista afirma que qualquer parte da língua pode mudar e, para justificar essa assertiva, cita exemplos de mudanças fonético-fonológicas (que foi o nível mais estudado na linguística histórica), morfológicas, sintáticas, semânticas, pragmáticas e lexicais. Sobre a classificação anterior, diz que ela não deve sugerir que as mudanças ocorram de forma estanque em cada nível, pois “Os níveis são divisões feitas pelos lingüistas com objetivos analíticos, enquanto a realidade linguística é uma totalidade” (p. 43).

Ao encerrar o segundo capítulo, o professor explica que os termos inovador e conservador, citados muitas vezes nos estudos de linguística histórica, não possuem qualquer dimensão valorativa; eles apenas indicam, respectivamente, o elemento novo na língua e a variante que representa uma configuração mais antiga.

No Capítulo Três, que trata das “*Características da Mudança*”, inicia-se afirmando que a língua, como qualquer outra realidade humana ou da natureza em geral, está em contínua mudança. Qualquer língua é, então, um resultado de um longo e contínuo processo histórico. E exemplifica-se: “[...] se o português do século XII era diferente do português de hoje, o português do futuro será diferente do de hoje: entre eles há um ininterrupto processo de mudança” (p. 45).

Ao mesmo tempo em que a mudança é contínua, ela é também lenta e gradual, pois há períodos de coexistência das duas formas (a inovadora e a conservadora) e concorrência até ocorrer a vitória de uma sobre a outra. A mudança também é relativamente regular, isto é, quando a mudança é desencadeada, ocorrem regularidade e generalidade no processo, de tal forma que um elemento é alcançado em todas as suas ocorrências. O linguista deixa claro que, embora haja regularidade, ela nunca deve ser entendida como absoluta.

Na sequência, o pesquisador aconselha que não se deve estudar os fenômenos de mudança separados do conjunto de outros elementos da estrutura da língua e tampouco separados da estrutura sociolinguística da comunidade de falantes: é o que se nomeia de encaixamento estrutural e social, respectivamente.

Da mesma forma, falar em história interna e história externa da língua tem a ver com a questão do encaixamento: enquanto a primeira preocupa-se com mudanças ocorridas na organização estrutural da língua, a segunda leva em conta, na história da língua, o contexto histórico-social, político, econômico e cultural da sociedade com a qual a língua está relacionada.

O professor conclui que, apesar de muitos linguistas só se preocuparem com questões estruturais da língua, é preciso que se busque trabalhar de forma integrada entre história interna e história externa, ou seja, entre encaixamento estrutural e encaixamento social.

Há ainda, segundo Faraco, conflitos na concepção da mudança linguística, de acordo com a orientação teórica dos linguistas. O problema para os que tratam a língua como objeto autônomo é que, muitos deles, esquecem que a língua possui falantes, e que são eles os que a usam efetivamente.

Em relação à percepção da mudança pelo senso comum, há, de um lado, pessoas que a percebem como uma espécie de decadência. Por outro lado, há pessoas que desenvolvem uma atitude positiva, pois acreditam que a mudança significa simplificação da língua. Essas duas representações do senso comum foram, segundo o autor, abandonadas pelos linguistas, embora já tivessem ocorrido como formulações científicas na história da linguística.

No Capítulo Quatro, intitulado “*A linguística histórica é uma disciplina científica*”, sintetizam-se as ocupações de um estudioso de linguística histórica. E, a partir das funções desse estudioso, apresentam-se os diferentes sistemas teóricos dos quais ele lança mão para fazer as suas análises.

A partir de Saussure, Faraco discute os conceitos de sincronia e diacronia, e conforme este estudioso, os manuais de linguística usam, a partir desses dois conceitos, os títulos linguística teórica - para a descrição sincrônica - e linguística histórica - para a descrição diacrônica. Embora esta última não seja menos teórica que a primeira.

O pesquisador critica alguns linguistas de fim do século XX por manterem separados os dois tipos de estudos e por darem preferência aos estudos sincrônicos, o que revela uma “espécie de retorno às concepções universalizantes e logicizantes dos séculos XVII e XVIII” (p. 100). O autor também chama a atenção sobre a concepção de linguagem, pois é ela que direcionará a orientação teórica da mudança linguística. Para tanto, apresenta duas concepções principais:

- a) a que considera a linguagem como um objeto autônomo - ligado à homogeneidade;
- b) a que considera a linguagem como um objeto ligado à realidade social, histórica e cultural de seus falantes - ligado à heterogeneidade.

Na sequência, o linguista exemplifica duas orientações teóricas que estão estudando as histórias das línguas: a Teoria Variacionista e a Teoria Gerativista. Ele apresenta as características de cada uma delas e também relata uma tentativa de aproximação entre ambas, a chamada ‘Sociolinguística Paramétrica’, implementada por Fernando Tarallo.

Antes de encerrar o capítulo, o professor ainda apresenta as três diferentes vias que os linguistas usam para o estudo histórico das línguas: “voltar ao passado

e nele se concentrar, voltar ao passado para iluminar o presente, estudar o presente para iluminar o passado” (p. 118). E como fechamento, ele explica e dá exemplos do método comparativo do estudo da história das línguas.

No Capítulo Cinco - “*História da nossa disciplina*” - há um resgate da história da linguística histórica, seus momentos, autores e obras mais importantes. A disciplina encontra-se dividida em duas fases: a primeira, que vai de 1768 a 1878 (ano da publicação do manifesto dos neogramáticos), e a segunda, que vai de 1878 até a atualidade.

Os primeiros momentos referem-se ao interesse de intelectuais europeus no estudo da língua dos hindus; os estudos das semelhanças entre o sânscrito, o latim e o grego; a fundação da Escola de Estudos Orientais em Paris (onde estudaram os intelectuais alemães Friedrich Schlegel e Franz Bopp, que desenvolveriam a chamada gramática comparativa).

Além dos estudos comparatistas de Bopp, cita-se também o nome de Jacob Grimm, em cuja gramática havia a interpretação de “correspondências sistemáticas entre as línguas como resultado de mutações no tempo” (p. 135). Faraco cita ainda os estudos comparativos do dinamarquês Rasmus Rask e o papel da Filologia Românica no refinamento metodológico dos estudos históricos.

Retomando os estudos dos neogramáticos alemães, o professor afirma que eles foram um divisor de águas na linguística histórica, pois estabeleceram orientação metodológica diferente e um conjunto de postulados teóricos para interpretar as mudanças linguísticas. Apesar disso, há uma forte crítica às leis fonéticas, que se aplicavam à mudança linguística e ao que os neogramáticos chamavam de analogia.

Finalmente, a partir do linguista francês Antoine Meillet (que foi aluno de Saussure), as condições sociais passaram a ser vistas com uma influência decisiva sobre a língua e, em consequência, sobre a mudança. Após, o pesquisador discute o impacto do estruturalismo no estudo da mudança da língua e o critica pelo fato de os estruturalistas reduzirem “toda a dinâmica da mudança a uma questão exclusivamente imanente, como se a língua fosse uma realidade totalmente autônoma” (p. 163).

Ao retomar a análise diacrônica na perspectiva gerativista, o linguista a aproxima das análises diacrônicas dos estudos tipológicos, que realizavam classificações das línguas humanas. Ele o faz porque em ambas as perspectivas a mudança é interpretada por critérios fundamentalmente imanentes, o que leva a excluir a história das línguas e os falantes e a sua realidade histórico-social.

Vistas as concepções imanentistas, parte-se para retomar os estudos que buscam interpretar a história das línguas, de maneira integrada com a vida e a história das sociedades que as utilizam. Entre esses estudos estão a *Dialetologia*, em que o estudo de uma língua ocorre na perspectiva de sua variabilidade no espaço

geográfico; e a *Sociolinguística* que, além da dimensão geográfica, leva em conta a dimensão social como fator de diferenciação linguística.

Dentro dos estudos da Sociolinguística, o autor cita os postulados de Weinreich, Labov e Herzog sobre a mudança linguística, e discute os cinco pontos a serem tratados por qualquer teoria da mudança linguística: fatores condicionantes, transição, encaixamento, avaliação e implementação. Como fechamento do capítulo, o estudioso sintetiza algumas pesquisas de linguística histórica já realizadas no Brasil, desde as últimas décadas do século XIX, sob o nome de Filologia.

No último capítulo, nomeado sugestivamente de “*Concluindo*”, o professor Faraco deixa sugestões aos leitores que desejarem ampliar seus estudos em linguística histórica. Para tanto, são apresentadas indicações de leitura sobre a história do português, de Filologia Românica, de Dialectologia e de Sociolinguística, bem como manuais de apresentação da Linguística Histórica.